



13^a REUNIÃO REGIONAL SUDESTE ANPEd

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, LAICA E
GRATUITA: POLÍTICAS E RESISTÊNCIAS

2402 - Trabalho Completo - 13a Reunião Científica Regional da ANPEd-Sudeste (2018)
GT 02 - História da Educação

A educação da mulher e a leitura de romances
Cássia Aparecida Sales Magalhães Kirchner - IFSP/BRAGANÇA PAULISTA

Este trabalho apresenta incursões sobre a educação voltada para a mulher e os diferentes modos que a leitura de romances foi incorporado nesse processo apresentando os amoldamentos que as representações da mulher e o gênero literário passam de acordo com os interesses vigentes em cada período. É possível vislumbrar nessa análise os modelos de comportamento considerados adequados para uma sociedade que se reinventa, os artifícios utilizados por aqueles quem produzem, assim como, daqueles quem leem os romances. O caráter moralizante apresentado nos livros sugere a condução do público a crer na possibilidade de extrair serventia ou alguma lição útil dessas obras. Assim o romance através de um recurso discursivo pedagógico passa contribuir para a constituição do perfil esperado para uma jovem que desempenhará o papel de esposa e mãe, além da suposta autonomia de uma mulher moderna que passa a ser defendida.

A educação da mulher e a leitura de romances

Resumo:

Este trabalho apresenta incursões sobre a educação voltada para a mulher e os diferentes modos que a leitura de romances foi incorporado nesse processo apresentando os amoldamentos que as representações da mulher e o gênero literário passam de acordo com os interesses vigentes em cada período. É possível vislumbrar nessa análise os modelos de comportamento considerados adequados para uma sociedade que se reinventa, os artifícios utilizados por aqueles quem produzem, assim como, daqueles quem leem os romances. O caráter moralizante apresentado nos livros sugere a condução do público a crer na possibilidade de extrair serventia ou alguma lição útil dessas obras. Assim o romance através de um recurso discursivo pedagógico passa contribuir para a constituição do perfil esperado para uma jovem que desempenhará o papel de esposa e mãe, além da suposta autonomia de uma mulher moderna que passa a ser defendida.

Palavras-chave: educação da mulher, história da leitura, romances.

A educação e a literatura sempre estiveram muito próximas quando se trata de questões relacionadas à educação feminina, proximidade que afeta os modos da produção literária. Para adaptar-se ao público feminino, os textos passaram por mudanças estruturais; apareceram novos gêneros literários, mais triviais, e desgaste do emprego de expressões elevadas (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009). Com essas mudanças, a discussão acerca dos riscos e vantagens da produção de uma leitura voltada para o público feminino, até então circunscrita ao âmbito ideológico e comercial, passam a interferir no processo artístico e figurar nas discussões da medicina e educação.

As mulheres, ao se tornarem consumidoras de literatura, especialmente dos romances e folhetins, abrem espaço para o mercado editorial, que percebe e prioriza os enredos românticos com narrativas nas quais a personagem feminina protagoniza grandes amores. Os riscos desse movimento são apontados por Molière em suas comédias *Les précieuses ridicules*, de 1658, e *Les femmes savantes*, de 1671, onde alerta sobre o risco de despertar interesses intelectuais nas jovens, mediante o acesso à leitura, e estas passarem a “sonhar com casamentos idílicos, recusar prosaicos noivos burgueses e enlouquecerem pais outrora sensatos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 238).

Dessa forma, a educação das mulheres que as torna leitoras passa a ser considerada uma “faca de dois gumes”, causando conflitos de interesses. De um lado, pais e maridos esperam esposas e filhas que representem o teatro social de uma família que atenda aos novos padrões culturais, mas convém que leiam pouco e apenas o que é apropriado. De outro, editores e vendedores não querem perder os lucros trazidos por esse novo público, de tal modo que a educação da mulher, considerada necessária para a consolidação desse novo modelo, oferece riscos ao modelo familiar vigente. O recurso encontrado para evitar esse risco foi o estabelecimento de limites para suas leituras, evitando os possíveis excessos das leitoras inexperientes.

Essa literatura transladada para o Brasil, apesar de demorar a chegar em terras brasileiras, transferiu à nossa leitora um perfil específico, forjado na Europa a partir das preocupações em “preparar a mulher para assumir as funções domésticas de que a nova camada emergente carecia. A formação dos quadros para a sociedade que a burguesia está construindo não depende apenas da escola, para consolidar as noções de lar e família, apela para a mulher” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 237). Mediante as obras provenientes de terras europeias, a leitora brasileira teve o primeiro contato com esta forma literária que recriava as cenas da vida privada, alimentava a imaginação e criava modelos a serem seguidos.

Além dos livros chegarem tarde ao país, a falta de instrução da mulher no Brasil em tempos idos é recorrente nos relatos de viajantes estrangeiros e demonstra a pouca importância dada à sua educação. Henry Koster publicou, em 1816, um estudo sobre a condição da mulher no Brasil, com o título *Travels in Brazil*. A obra foi traduzida para o português apenas em 1942, por Luís da Câmara Cascudo, com o título *Viagens ao Nordeste do Brasil* (1942). O autor considera que as mulheres brasileiras viviam como em “estado de ignorância”, advindo da falta de uma educação apropriada e pelo isolamento a que estavam submetidas.

Relatos de outros viajantes como Agassiz (2000), Luccock (1975) e Debret (1954), trazem igualmente a falta de instrução, ignorância, reclusão e frivolidade da mulher brasileira no século XIX, apresentando uma rotina que se restringia a recitar preces de cor e a calcular de memória sem saber escrever nem fazer as operações; somente o trabalho de agulha ocupava seus lazeres (DEBRET, 1954). Desse modo, as mulheres viveriam em meio a repressões e constrangimentos.

Sinais de uma educação voltada para a mulher aparecem em 1740, com a publicação do *Verdadeiro método de estudar*, de Luiz Antônio Verney, durante o período Pombalino^[1], iniciativa que não obteve grandes resultados. Debret, em *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil* (1954), menciona certa iniciativa da educação feminina após 1820, sob forte influência da cultura francesa; dá destaque ao fato de senhoras já manterem correspondência e gostarem da leitura. A seleção de livros apropriados à leitura feminina aparece ao mencionar que há uma “seleção agradável de nossas obras morais traduzidas para a língua portuguesa; esses livros, que se tornaram clássicos, interessam pela sua novidade, ornamento o espírito e formam o coração das jovens brasileiras” (DEBRET, 1954, p. 16).

Entre os brasileiros que comentaram a situação da educação da mulher encontra-se José Veríssimo. Em *A educação nacional*, de 1890, o autor aborda o precário ensino de línguas estrangeiras, criticando que não oferece condições para a “leitura das grandes obras, honra do espírito humano, destas línguas” (LAJOLO; ZILBERMAN, 2009, p. 244). Em 1904, Veríssimo reitera, em um ensaio as críticas à leitura feminina, incluindo dessa vez que, além de não lerem a grande literatura, a grande maioria das mulheres no Brasil nada lê.

Nesse período, Lajolo e Zilberman (2009) apontam duas exceções. A primeira seria a defesa de Machado de Assis publicada no *Jornal das Famílias*, onde ressalta que as publicações vêm “melhorando de dia para dia, as edições da casa Garnier são hoje as melhores que aparecem entre nós. [...] O círculo de seus leitores vai se alargando cada vez mais, graças à inteligente direção do Sr. Garnier”. As autoras fazem ressalvas sobre o fato de o autor ter seus livros publicados pela mesma casa editora, contudo, ainda é um indicativo de melhoria na qualidade dos livros.

A outra exceção tem especial interesse para este trabalho, por se tratar da crítica feita por uma mulher sobre a leitura que os homens destinavam às filhas e esposas. Em *Viagem ao Brasil 1865-1866*, um trabalho conjunto de Luiz Agassiz e Elizabeth Cary, é levantada a questão sobre os motivos que levariam à falta de interesse das mulheres pela leitura. A autora, para ilustrar a situação, traz o seguinte relato:

Estávamos um dia numa fazenda, quando avistei um livro em cima de um piano. Um livro é coisa tão rara nos aposentos ocupados pelas famílias que fiquei curiosa em saber qual seria o conteúdo dele. Era um romance, e, ao virar-lhe as páginas, veio o dono da casa e disse em alta voz que aquela não era uma leitura conveniente para mulheres. – ‘Aqui está (entregando-me um pequeno volume), uma excelente obra que comprei para minha mulher e minhas filhas.’ Abri o precioso volume, era uma espécie de tratado de moral, cheio de banalidades sentimentais e de frases feitas em que reinava um tom de condescendência e proteção à pobre inteligência feminina [...]. Após essa mostra do alimento intelectual que lhes ofereciam, não me poderia admirar que a esposa e as filhas do nosso anfitrião demonstrassem um gosto dos mais moderados pela leitura. Nada impressiona tanto o estrangeiro como essa ausência de livros nas casas brasileiras. Se o pai exerce uma profissão liberal, tem pequena biblioteca de tratados de Medicina ou Direito; mas não se veem os livros espalhados pela casa como objetos de uso constante, não fazem parte das coisas de necessidade corrente (AGASSIZ; CARY, 2000, p. 437).

A seguir, no mesmo trabalho, os autores fazem a observação de que foram descobertos, “no quarto duma jovem senhora [...] uma biblioteca bem escolhida das melhores obras de história e literatura, em francês e alemão; mas foi o único exemplo encontrado durante a permanência no Brasil”. Além da carência de livros que agradem às mulheres, Agassiz e Cary (2000) observam que mesmo aquelas que têm acesso aos livros e à instrução permanecem tão restritas

ao convívio com o mundo exterior que isso torna-se um obstáculo ao seu desenvolvimento intelectual.

Apesar desse panorama pouco favorável ao desenvolvimento da mulher, o período entre meados do século XIX e início do XX contou com mulheres engajadas na defesa do direito à educação e emancipação feminina, dentre as quais Júlia Lopes de Almeida, Nísia Floresta, Luciana de Abreu, Maria Lacerda de Moura e Ercília Nogueira Cobra. Suas reivindicações abordavam questões desde compreensão e tolerância dentro do casamento até as mais radicais, como autonomia da mulher, sustento da família e educação dos filhos. Em 1924, Ercília Nogueira Cobra publica um ensaio sob o título *Virgindade anti-higiênica*, no qual defende a liberdade sexual para mulheres e causa comoção e opiniões diversas.

O aparecimento de mulheres que reivindicam direitos e se posicionam contra o discurso vigente não ocorre sem resistências. À medida que essas práticas avançavam, modos de mantê-las ligadas ao universo da família, da casa, filhos e marido foram reinventados. A noção de que a sociedade precisava de mulheres instruídas e educadas para bem educar passa a ser difundida, porém, é preciso observar que o foco estava centrado nas necessidades do grupo social, e não nas necessidades e aspirações da mulher.

Lentamente o acesso à leitura avança, mas chega ao século XX ainda como uma atividade rara no Brasil. Além de rara, no caso das mulheres, permanece uma atividade sujeita ao controle dos homens, que escrevem e prescrevem suas regras. As leituras aconselhadas eram aquelas que oferecem modelos de conduta esperados socialmente, obras de moral e religião que aperfeiçoavam o espírito. A leitura de folhetins e romances era considerada moralmente perigosa: "Enquanto a leitura das belas letras tem por objetivo formar um estilo e ampliar a erudição e as leituras religiosas visam aprimorar o espírito indicando o caminho da virtude, a leitura dos romances parece sem finalidade" (ABREU, 2003). Assim, o romance foi associado por muito tempo a uma leitura frívola, um passatempo para pessoas desocupadas: "Essa aliança com o ócio e o prazer fez com que o romance não tivesse um percurso fácil" (LAJOLO, 2004, p. 30).

Walter Siti (2009, p. 170) menciona dois motivos pelos quais "o romance envergonhava-se de si mesmo": o primeiro seria provocar nas leitoras devastações psicológicas podendo levá-las à loucura. Quanto ao segundo, o romance é prejudicado pelo grande número de romancistas péssimos e superficiais, tornando-o um gênero desacreditado; um gênero que surgiu sem leis nem regras, sem sequer necessitar de um pouco de técnica tão necessária aos versos. Isso levou à afirmativa de que o romance serve para qualquer um, qualquer um pode escrevê-lo [...]. Requer apenas papel, pena e tinta, depois a capacidade manual de servir-se dele. Além desses pontos, a justificativa de que deve adequar-se à demanda do público acaba por perverter o gosto dos leitores, com uma oferta de qualidade inferior (SITI, 2009, p. 172).

Apesar disso, ou exatamente por esse motivo, o gênero conquistou as preferências do público feminino gerando a preocupação de que suas leitoras fossem da imaginação à ação, de que a leitura dos romances instigasse a desobediência ou transgressão de normas de comportamento tidas como essenciais para a honra das mulheres. Outra preocupação estava relacionada à identificação da leitora com as personagens, afetando suas emoções e sensibilidade, causando uma série de reações físicas provocadas pela leitura.

Essas reações físicas e perigos que o ato da leitura poderia causar à saúde foram abordados no livro *A saúde dos homens de letras*, onde o médico Simon-Andre Tissot explana o quanto o esforço continuado de intelecção de um texto prejudicaria os olhos, o cérebro, os nervos e o estômago:

Os inconvenientes dos livros frívolos são de fazer perder tempo e fatigar a vista; mas aqueles que, pela força e ligação das ideias, elevam a alma para fora dela mesma, e a forçam a meditar, usam o espírito e esgotam o corpo; e quanto mais este prazer for vivo e prolongado, mais as consequências serão funestas (1775, apud ABREU, 2003, p. 268).

A indicação médica sugerida como prevenção a esses perigos físicos tratava-se apenas da diminuição da leitura. Assim os males provocados pelo excesso de leitura poderiam ser curados cultivando o hábito de ler com moderação e fazer exercícios. Já os males provocados à alma eram mais sérios. Além de afetar a pessoa que lia, poderiam causar desagregação familiar, infidelidade, desobediência, um mal considerado irremediável para alma.

O atentado ao gosto e o atentado à moral eram os aspectos mais recorrentes nas críticas ao romance. Na tentativa de contrapor às críticas textos em defesa do romance foram postos em circulação. O esforço empreendido por seus defensores passava por apresentá-lo como parte da tradição. Entre as tantas iniciativas, a distinção entre o romance moderno e o romance antigo ou romanesco foi bem aceita. Esse recurso de comparação tinha uma dupla vantagem: "postulando que o romance teria nascido das entranhas do romanesco, era possível associá-lo a um gênero antigo, de modo a afastá-lo da alcunha de recém-chegado. E a comparação possibilitava defender um aperfeiçoamento do gênero, que havia superado defeitos como inverossimilhança e verbosidade" (ABREU, 2003, p. 293).

Os fatos anteriormente condenados pelas críticas moralistas de que os leitores, ao tomarem contato com fatos pouco edificantes seriam influenciados foram retomados por seus defensores de outro modo. Estes consideravam que o relato dos erros do personagem seriam um modo de demonstrar ao leitor que aquele não deve ser um caminho a ser seguido. A receita basicamente passaria pelo relato de uma vida cheia de erros, inadequada à pregação moral, em que, após viver as consequências trazidas por escolhas erradas, o personagem se arrepende e inicia uma nova fase de sua vida, com ações corretas e de acordo com os preceitos morais.

Os riscos oferecidos ao prazer solitário da leitura e uma interpretação equivocada da mesma poderiam ser evitados pelo acompanhamento cuidadoso de pais e professores, de modo que o caráter fantasioso do enredo fosse esclarecido, evitando a identificação com as personagens e, conseqüentemente, com suas ações. Esse acompanhamento garantiria

que o romance passasse a ser tratado como uma leitura instrutiva e não apenas uma leitura sem propósito.

Surgia a preocupação igualmente em atender às regras para escrita de um bom romance e agradar ao leitor. Os critérios de avaliação passavam pela aprovação daqueles que autorizavam sua leitura e a capacidade de manter o leitor preso até a última página. “Toda a preocupação do escritor deveria ser agradá-lo, emocioná-lo, não deixá-lo escapar” (ABREU, 2003, p. 301) e, ao mesmo tempo, levá-lo à mudança de comportamento pela leitura através de uma narrativa que oferecesse a aplicação concreta de uma ideia moral e os resultados dessa aplicação.

Com a entrada no século XX frente à construção de um novo estado republicano, o país precisa lidar com a ideia de civilizar por meio da educação, fórmula expandida por todo mundo sob o signo do progresso técnico e científico. No bojo dessas mudanças, a mulher conquista espaços e direitos até então masculinos, ampliando sua atuação além do espaço doméstico. A educação, tanto feminina quanto masculina, passa a ser considerada instrumento indispensável ao progresso do país.

A diferença, no entanto, está condicionada aos papéis atribuídos a cada um. Enquanto a educação do homem voltava-se para sua atuação profissional, a educação da mulher permanece matizada por sua condição biológica, como formadora e companheira bem-educada. Desse modo, a educação da mulher avança antes como uma marca de distinção e de civilidade que de emancipação feminina.

Referências

ABREU, Marcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas-SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2003. (Coleção Histórias da Leitura).

AGASSIZ, Luís; CARY, Elizabeth. **Viagem ao Brasil**. 1865 - 1866. Tradução e notas de Edgar Sússekind de Mendonça. – Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000. (Coleção O Brasil visto por estrangeiros). Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1048>> Acesso em: 03/06/2015.

DEBRET, Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. São Paulo: Martins, 1954. 2. v.

KOSTER, Henry. **Viagens ao nordeste do Brasil**. Trad. Luiz da Câmara Cascudo. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

LAJOLO, Marisa. **Como e por que ler o romance brasileiro**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo: Ática, 2009.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**: República da *Belle Époque* à Era do Rádio. V. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SITI, Walter. O romance sob acusação. In: MORETI, Franco (Org.). **A cultura do romance**. Trad. Denise Baltmann. São Paulo: Cosac Naify, 2009. p. 165-195.

[1] O Período Pombalino corresponde aos anos em que o Marquês de Pombal exerceu o cargo de primeiro-ministro em Portugal (1750 a 1777), durante o reinado de Dom José I (MACIEL e SHIGUNOV NETO, 2006).